

reconstrução da tradição de relatos anteriores, pela crítica ao que era considerado como fantasia.

Outro trabalho sobre relato de viagem é o de Katia Aily Franco de Camargo que, em seu estudo sobre as representações do Brasil feitas pelo francês Adolphe d'Assier na *Revue des Deux Mondes* no século XIX, mostra uma visão ampla da perspectiva do publicista.

A memória e a identidade, no romance *O último suspiro do Mouro* em Salman Rushdie, são os temas analisados por Telma Borges. Na obra, a identidade é construída por meio da memória, apresentada como uma rede em que o esquecimento forma os espaços vazios.

Com os artigos publicados, as editoras e a comissão editorial do décimo primeiro número da *Revista Brasileira de Literatura Comparada* esperam fornecer aos leitores a oportunidade de acompanhar algumas pesquisas realizadas no âmbito do comparatismo no que se refere à literatura e saberes.

Maria Célia Leonel
Ívia Alves

A literatura comparada nesse admirável mundo novo

Rita Terezinha Schmidt*

RESUMO: No quadro da barbárie entranhada na história do presente, apresento reflexões em torno de relações entre globalização, violência, miséria humana e degradação ambiental, fazendo um contraponto dessa realidade com os avanços do conhecimento na área dos estudos literários para indagar sobre a sua (in)eficácia em termos de intervenção na prospecção de um mundo distópico. Nessa linha de argumentação, retomo o debate em torno das novas tecnologias de informação e do impacto de suas redes de poder na relação ambivalente com a democratização do conhecimento. Argumento que a inserção da literatura comparada na rede virtual deve contemplar os princípios da alteridade e da razão imaginativa e dialógica inerentes à prática comparatista e que conferem aos seus saberes singularidade e importância ímpar na luta pela sobrevivência e respeito à diversidade das línguas e das culturas humanas, o que, por suas implicações, constitui uma ação de preservação da vida.

PALAVRAS-CHAVE: Globalização, conhecimento, comparatismo, diversidade, resistência.

ABSTRACT: Before the picture of barbarism entrenched in contemporary history, I here present a reflection upon the relations between globalization, violence, human destitution and environmental disasters, making a counterpoint between such a reality and the advances in the field of literary studies so as to raise the question of its (in)efficacy regarding an intervention in the prospect of a dystopian world. Following this line of argument, I draw attention to the debate about the new information technologies and the impact of their webs of power on the ambivalent relation with the democratization of knowledge. I argue that the inclusion of comparative literature in the world wide web must follow the principles of alterity and of imaginative and dialogic reason inherent to the comparatist practices,

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

which confer their bodies of knowledge a singular and unique importance in the struggle for survival and respect for the diversity of languages and human cultures, whose very implications make it an action engaged with the preservation of life.

KEYWORD: Globalization, knowledge, comparatism, diversity, resistance.

Para Tania Franco Carvalhal
In memoriam

“*Là où il n’y a pas d’espoir, il faut l’inventer.*”
(Albert Camus)

O desconcerto e a perplexidade diante de acontecimentos da história contemporânea são tropos do nosso presente, um tempo sombrio que nos leva a desacreditar em nosso poder de resistir à maquinaria de violência, real e simbólica, que produz o desastre cotidiano do humano. Uma série de fatos tem interligado e entrelaçado a vida individual, direta ou indiretamente, ao significado de experiências coletivas em diversos lugares do planeta, e seus efeitos têm causado impacto profundo na percepção de nosso pertencimento a uma comunidade humana e na nossa consciência de que as lições do século XX – as duas Grandes Guerras Mundiais, Auchwitz e Hiroxima – não foram suficientes para erradicar a barbárie. Pelo contrário, no novo milênio, ela não se limita aos campos de guerra, mas se dissemina assustadoramente, sob várias formas, nas mais diversas esferas da vida cotidiana, o que nos leva a suspeitar de que não vivemos apenas uma crise de paradigmas, atribuída a novos valores que emergem no rastro de recentes tecnologias informacionais e processos econômicos globalizantes delas decorrentes, mas sim uma revolução de dimensões planetárias na qual o que está em crise, talvez mais do que em qualquer outro momento histórico, é a nossa concepção do humano, do valor da vida, dos seres e do planeta.

Enquanto o fenômeno da globalização¹ não é algo fundamentalmente novo (King, 1990),² a nossa consciência global o é, pelo fato de que hoje as interconexões e interdependências políticas, econômicas e culturais entre o local, o nacional e o mundial têm implicações nos processos históricos localizados, nas formas de vida coletiva e no reconhecimento de que todos compartilhamos um contexto permeado por indícios de que está havendo algo perturbador em curso, com sinais alarmantes para o futuro. De um lado, recrudescem as ações terroristas insufladas por fundamentalismos, seja por vias institucionais, isto é, com a sanção do Estado, seja pela ação organizada de grupos insurgentes da sociedade civil, ações que fortalecem a xenofobia e o racismo, em suas diversas formas de violência, desde atentados contra a população civil, genocídios perpetrados em nome das chamadas “limpezas étnicas”, rechaço violento às ondas migratórias de grupos humanos marginalizados, à exclusão de segmentos inteiros de populações de direitos de acesso a bens públicos e benefícios da vida social, incluindo a educação e a saúde.

De outro lado, cresce assustadoramente a miséria humana. A título de exemplo, basta evocar o quadro dramático dos povos africanos do Sub-Saara, assolados pela fome em terras devastadas (situação crônica do Sudão, do Congo e, mais recentemente, de Darfur) e sofrendo ainda os efeitos da longa história de dominação colonial que se arrasta sob a forma de ações predatórias de parte de impérios corporativos europeus, como no caso da indústria farmacêutica, para mencionar um exemplo, tal como o recente filme do brasileiro Fernando Meireles, *O jardineiro fiel*, nos mostrou. No caso de Bangladesh, milhares de pessoas são envenenadas diariamente pelo consumo de água de poços artesanais contaminadas pelo arsênico natural, sem que os países ricos, com suas organizações humanitárias, tenham se disposto a encontrar uma solução para a crise. É oportuno mencionar que no ano de 2005 havia a estimativa de que três milhões de crianças morreriam de malária no continente africano, por falta de acesso aos recursos de

¹ Para Aijaz Ahmad (2002, p.236), o termo “globalização” é altamente ideológico e, como tal, refere-se a várias coisas: 1) ao sistema do capital imperialista, o único sistema que sobrevive, depois do colapso da União Soviética e do sistema de estados que representava; 2) à mobilidade do capital e das mercadorias, ao poder das tecnologias de comunicação e de transporte com alcance global, ao capital financeiro e da especulação, à capacidade das mercadorias culturais novas de se desviar dos aparatos nacionais da educação e informação, à ascensão de sistemas de produção que pode ser fragmentado e localizado em países diferentes; 3) como um “eufemismo” para o fato de que um punhado de arranjos institucionais imperialistas – o Banco Mundial, o FMI, o GATT etc., – estejam agora determinando as políticas nacionais em todo o assim chamado Terceiro Mundo; 4) à penetração de toda a produção pelo capitalismo e, portanto, por todo o mercado mundial.

² Stuart Hall (2003, p.58) também defende que a globalização não é algo novo ao afirmar que a exploração, a conquista e a colonização européias foram as primeiras formas de um mesmo processo histórico secular, denominado por Marx com “a formação do mercado mundial”.

prevenção e de tratamento, disponíveis em qualquer país do chamado Primeiro Mundo, sem falar na propagação, em escala continental, da Aids, por vários fatores, dentre eles o custo de medicamentos patenteados pelos laboratórios do Primeiro Mundo. Acrescentem-se a isso os dados fornecidos pela Unicef sobre o acesso à educação na África: são poucas as meninas em idade escolar que obtêm o consentimento das famílias para se matricularem na escola, realidade que se agrava pelo fato de que a maioria das que passam pelas primeiras séries desiste ao entrar na puberdade por falta de condições de higiene, uma vez que as escolas não oferecem latrinas, água ou esperança de privacidade.³

Por ocasião da tragédia do tsunami que se abateu sobre vários países da Ásia em dezembro de 2004, o diretor do Earth Institute da Universidade de Columbia, o economista Jeffrey D. Sachs (2005), observou que enquanto todos são vulneráveis à fúria da natureza, são os pobres que sofrem a morte em massa, pois além do fato de os sofisticados sistemas de monitoramento do tempo e de alerta não cobrirem as zonas dos países periféricos por estarem a serviço dos países afluentes, na periferia a grande massa da população é pobre, vive em zonas mais desprotegidas e sem moradias estruturalmente adequadas para enfrentar catástrofes naturais. Ou seja, a geografia da catástrofe sinaliza a existência de um sistema de classe que acaba determinando quem morre e quem sobrevive. Após a devastação do furacão Katrina que se abateu sobre o sul dos Estados Unidos em 2005, pode-se acrescentar que a geografia referida por Sachs não se limita aos países do Terceiro Mundo, pois a tragédia não somente expôs o bolsão de pobreza numa nação rica, mas também revelou o descaso governamental em relação a ações eficientes de ajuda à camada da população mais carente, majoritariamente de etnia negra.

A questão da degradação do meio ambiente e o aquecimento global também compõem o cenário da barbárie na medida em que a luta pela preservação dos recursos naturais não encontra ressonância suficiente para alterar as pro-

³ A reportagem da jornalista Sharon LaFraniere, de Balizenla, Etiópia, saiu no *The New York Times* em 23 de dezembro de 2005. Em seu relato, ela narra a experiência da menina Fatimah Bamun, um das três meninas numa escola de 178 alunos na Etiópia, que foi além da 3ª série. Segundo a Unicef, há 24 milhões de meninas africanas privadas do ensino fundamental em razão da falta de condições higiênicas nas escolas onde o banheiro coletivo é na moita espinhosa, à vista das salas de aula.

⁴ Um dado recente, divulgado pela mídia, é o aumento do nível do mar em 34 cm na orla dos países do Atlântico Norte. Em vista do processo de descongelamento de partes da calota polar que cobre a Groenlândia.

jeções pessimistas sobre o futuro da vida no planeta, ainda neste século. Segundo dados da Academia Nacional de Ciências da Inglaterra de dezembro de 2005, oitocentas espécies (entre aves, mamíferos, anfíbios e alguns grupos de répteis) correm risco iminente de extinção, o que significará um desequilíbrio ecológico com conseqüências imprevisíveis para a vida vegetal, animal e humana. Também cabe citar o fenômeno do aquecimento global, em sua marcha irreversível, visto que a conscientização sobre as alterações climáticas pela emissão de gases resultante do descontrole do desenvolvimento industrial⁴ parece não sensibilizar parte dos governos de países ricos, considerados os maiores poluidores, que se recusam a ratificar o protocolo de Kyoto. Por sua vez, os governos de países em desenvolvimento alegam que precisam ter também a sua chance para o progresso, numa posição que beira a irresponsabilidade ao revelar uma falta de vontade política e ações efetivas para impedir a deterioração da vida no planeta.

Celebra-se a flexibilização das fronteiras em relação à circulação de pessoas, de produtos e de informação, mas dificilmente se levanta a questão da ausência de fronteiras políticas e geográficas para a escalada da pobreza, da tortura, do autoritarismo, da pedofilia, da destruição do meio ambiente, da violação dos direitos humanos e do desrespeito à vida, o que quer dizer que, no presente, nenhum Estado pode assegurar aos seus cidadãos nenhuma garantia de imunidade e integridade diante das formas de violência que atormentam a experiência do cotidiano e que sinalizam a falência do humano. A pergunta que se impõe é se poderíamos atribuir esses fenômenos globais aos efeitos da dominação histórica do capital e à configuração de uma nova ordem mundial, hoje definida pela emergência do capitalismo corporativo e seus processos de globalização, isto é, práticas de fluxo e de especulação financeira que orientam a expansão, em escala mundial, de um mercado de produção e consumo que, sob a alegação de livre acesso e da democracia sem fronteiras, reforça o enriquecimento de uns e a miséria de outros.

Em parte poder-se-ia responder afirmativamente, porque os processos de universalização do capitalismo ocidental, particularmente em sua conjugação do pensamento liberal com uma economia política que se alimenta das desigualdades para colonizar nações e povos num processo brutal de dominação e subordinação à lógica do capital, têm contribuído e determinado certas condições políticas, sociais, ambientais e existenciais que geram, fomentam e aceleram a barbárie sistêmica do nosso tempo. Muito da atual configuração geopolítica do mundo é resultado das ondas revolucionárias nacionalistas contra o colonialismo ocidental que sacudiram o planeta após a Segunda Guerra Mundial. Mas, se por um lado, os projetos revolucionários coletivos tiveram êxito com o desmembramento dos velhos impérios europeus, por outro lado, a era pós-colonial não significou a descolonização do Terceiro Mundo, no sentido pleno do termo, nem assegurou a soberania e autonomia das nações periféricas que acabam sucumbindo à centralidade do Ocidente, o que se traduz como hegemonia do capital *high-tech* provindo de nações corporativas, em torno do qual toma forma um novo poder imperial. Esse poder, em sua forma totalizadora e que simplesmente se deslocou do mundo europeu para a potência norte-americana, não deixa de nutrir-se de formas de pensar, de ser e de agir norteados pela subjetividade racional que caracterizou o projeto da modernidade, contraditório quanto a seus ideais e sua prática na medida em que impôs o império da razão como vontade-poder, no rastro do qual se forjaram os totalitarismos, reducionismos, racismos, sexismos e outras violências da história moderna.⁵

A diferença é que, agora, o novo imperialismo do eu como vontade-poder unifica o mundo pelo capital pós-industrial na forma de ideologias políticas de informação, circulação e consumo, um mundo unitário – nossa casa é o mundo – que a realidade não confirma, pois essas ideologias invasivas operam sob a determinação de estruturas econômicas de dominação, base dos jogos de poder, conflitos de interesses, hierarquias, violências, misérias e ex-

⁵ É preciso lembrar que a Revolução Industrial na Europa foi alimentada com o óleo de focas e baleias, em caçadas predatórias no Ártico Sul.

clusões que definem o nosso tempo. Nesse contexto, ressurtem com vigor os vários fundamentalismos, de caráter nacionalista, religioso e étnico e suas tecnologias de morte. Ninguém poderia prever que a queda do muro de Berlim em 1989 significaria a proliferação de outros tantos muros, reais e imaginários, em vários continentes, o que parece confirmar a tese do fim de toda e qualquer utopia.

No deslocamento do campo dos acontecimentos para o campo acadêmico da produção de conhecimento, vive-mos uma realidade diversa. Uma série de transformações profundas do conhecimento nas últimas décadas faz do tempo presente, particularmente na área das Humanidades, um momento extraordinariamente rico para elaborar novos modos de compreender os nossos objetos de estudo, de interpretá-los como produtos capazes de suscitar questões de absoluta relevância – teórica, histórica, estética e ética – e de, assim, problematizar a ordem da cultura como lugar de dissenso, de construção de identidades e sociabilidades nem sempre afiliativas, portanto como modo de produção e efeito de relações sociais no contexto de realidades vividas e imaginadas, permeadas pela multiplicidade de vontades e poderes. A partir do estruturalismo, houve uma explosão de correntes teóricas que, a par de suas coordenadas materiais diferenciadas de produção, desestabilizaram modos tradicionais de investigação científica e contribuíram decididamente na abertura epistemológica dos campos disciplinares.

Nas últimas décadas, o trânsito interdisciplinar permitiu conjugar saberes antes isolados por critérios normativos e molduras inflexíveis, fomentando um intenso debate intelectual sobre territórios constituídos e espaços institucionais tendo em vista o arquivo dos conhecimentos ocidentais e metropolitanos e as questões de poder implicadas em constelações conceituais, particularmente a partir de inserções políticas e geográficas específicas como a constituição das identidades das minorias e das sociedades periféricas do assim chamado Terceiro Mundo. A expansão do marxismo na articulação dos novos estudos

culturais, os desdobramentos do feminismo nos estudos de gênero que, por sua vez, abrem as comportas para os estudos *queer* e estudos da masculinidade, o desenvolvimento das teorias pós-coloniais em contraponto crítico à modernidade e seus discursos, a emergência da categoria de raça e etnia como categorias analíticas a partir das quais se constitui um outro objeto de estudo definido como “branquitude”, as revelações da desconstrução de que o binarismo é como algo colado à nossa pele, mas que devemos procurar escapar a todo custo, são alguns dos elementos da voltagem crítica que hoje permeia as Humanidades.

Mesmo que o quadro da teoria contemporânea não se esgote nos desdobramentos apontados aqui e que se reconheça nos seus discursos críticos a conjugação, não raro contraditória, de elementos conservadores e progressistas, até porque a teoria é o ancoradouro de interesses muitas vezes conflitantes, o cenário permite constatar que a teoria está, mais do que nunca, direcionada para o que foi excluído pela “alta teoria” como processos de subjetivação, constituição de identidades e a natureza do político. Esse fato nos leva a pensar que a área das Humanidades está se redimensionando e se revitalizando, na medida em que seus discursos começam a se afastar de certo diletantismo beletista, fato que coloca em relevo o seu potencial como *locus* de produção vital de significados com os quais podemos fazer sentido e gerar conhecimentos sobre as contingências do humano, suas heterogeneidades e produtividades no contexto das materialidades históricas que determinam as formas de vida social, nas quais ocorrem os embates pelo direito à voz, à liberdade, à justiça, bem como ao desejo de identidade.

Ao se politizar, poder-se-ia dizer que a teoria tem caminhado em direção à descolonização de seu território, colocando em pauta lições definitivas sobre as relações saber/poder e poder/saber inscritas não somente no etnocentrismo e seus valores universalistas presumidamente neutros, mas também nas práticas dos sujeitos e das instituições. E, nesse sentido, pode-se dizer que a teoria deixa de ser um corpo de abstrações dissociadas da cons-

ciência de realidades vividas para abrir um espaço para a reflexão sobre as determinações que constituem seus discursos e suas formações ideológicas, particularmente as polêmicas entre universalidade e particularidade,⁶ conceitos em torno dos quais convergem as grandes discussões sobre valores e sobre a democratização da cultura.

Na teoria da literatura repercutem, de forma visceral, os deslocamentos conceituais do campo multidisciplinar definido simplesmente como “teoria”,⁷ com a crítica aos parâmetros do próprio pensamento crítico que respaldou a construção da tradição literária, do conceito de literatura, da representatividade de cânones literários e de critérios de julgamento sobre valor estético. Como consequência direta desse questionamento que, em última análise, traz um ceticismo epistemológico acerca de verdades instituídas de forma inquestionável porque referenciadas em modelos universais – por exemplo, paradigmas de tradição, de texto, de leitura, de gosto, de moral, de identidade e de valor –, podemos apontar dois desdobramentos fundamentais, repetindo o que já é consenso na área: 1) a literatura deixa de ser uma categoria autônoma, de caráter ontológico, para ser vista como fenômeno histórico, contextualizado, portanto inserido nos modos de produção materiais e processos sociais reais; 2) as fronteiras hierárquicas que originalmente definiram o campo das Humanidades modernas como a alta cultura e a cultura menor, popular ou de massa, a escrita erudita de elite e as formas orais no vernáculo tendem a se diluir, o que significa dizer que o conceito de literatura se descola do pensamento binário e se expande para incluir novos objetos e suscitar novas questões teóricas e de pesquisa sobre história literária e história da cultura, sobre mecanismos de constituição e institucionalização de cânones, incluindo-se aqui a problematização da função da textualidade e da função poética, comunicativa e social da linguagem, em contextos históricos específicos.

Os acirrados debates sobre literatura, cultura e identidade, particularmente no Brasil e em países periféricos, deixam à mostra os diversos alinhamentos que emanam de

⁶ No Colóquio Internacional da Associação Senegalesa de Literatura Comparada, realizada em Dakar, na Universidade de Cheikh Anta Diop, o professor Gorgui Dieng, da referida Universidade, levantou uma série de questionamentos a respeito do conceito do universal e sua apropriação pelos centros metropolitanos em discursos críticos que tendem a subestimar a literatura produzida na África. Em seu trabalho “Universality and topicality in the African novel”, Dieng (2003, p.52) afirma: “many western literary critics and publishers give credit to only the breed of conformist novelists, who abide by the set of standards of what they call universal novel writing; such standards being thematic, stylistic and narratological ones. But what does universality, consciously or unconsciously, mean in the minds of its advocates and users? And why do such people give to the

⁷ Jonathan Culler (1997, p.15) denomina “teoria” um gênero heterogêneo composto por uma variedade de textos atrelados a discursos e atividades distintas que, em suas palavras, “extrapolam a moldura disciplinar dentro da qual seriam normalmente avaliados e que ajudaria a identificar suas sólidas contribuições ao conhecimento”. Assim, esses textos não dizem respeito a um domínio específico, são na realidade uma intrincada mistura. Por exemplo, a teoria da literatura hoje já não trata especificamente da avaliação de mérito de textos literários ou do aperfeiçoamento do poder interpretativo, pois inclui textos de Saussure, Gadamer, Freud, Marx, Nietzsche, Lacan, Derrida, Lyotard, entre outros.

posições de sujeitos situados no espectro da teoria, do que resulta um confronto saudável de valores que aguça a sensibilidade e o senso de responsabilidade com relação às demandas do conhecimento e às realidades prementes do corpo social. Pode-se dizer que a doxa do pensamento crítico conservador voltado à “alta” textualidade, que lamenta o estado atual da arte como o resultado tanto de um descontrole de paradigmas de referência sob o efeito da virada interdisciplinar quanto de uma ideologização de práticas que coloca em risco a sobrevivência da literatura, cede terreno diante dos questionamentos teóricos contemporâneos, em que a emergência do *marginal* pressiona os limites de tradições culturais – a nacional e a ocidental – forçando, nesse processo, o reconhecimento da localização geográfica como fator preponderante nos processos de produção de conhecimento. Assim, se multiplicam as vozes de dissenso em discursos teórico-críticos produzidos no âmbito dos estudos subalternos, estudos de minorias e estudos pós-coloniais os quais, sob o imperativo de rechaçar o binarismo histórico que norteou os estudos literários tradicionais, introduzem novos paradigmas de análise por meio de categorias como gênero, raça, classe, etnia, nacionalidade, orientação sexual, entre outros. Sob a influência do gesto desconstrutor, tais discursos reivindicam seu protagonismo teórico-cultural na medida em que se querem estrategicamente compromissados com a noção de que a literatura, em sua heterogeneidade de formas e realizações, tem uma função crítica importante na produção de saberes, nos processos de emancipação e na formação de competências de viver. Assim, o grande desafio da teoria literária, no contexto da diversidade de identidades multiculturais, reside no resgate do potencial libertário do conhecimento e de uma reflexão crítica para muito além do projeto moderno de bem-estar social que operou a redução do outro pela instrumentalização da razão e domesticação das identidades.

Considerando o conjunto de questionamentos, os deslocamentos epistemológicos e o foco que definem hoje as tendências do conhecimento na área das Humanidades em

paradigm so much importance? When using the word universal, do they include all the different sections, poor and rich, developed and underdeveloped, of humankind, or do they in actual fact have in mind only one privileged section? In other words, whose preoccupations, themes and stylistic standards are viewed as universal ones and subsequently ascribed the right to prop up universality?” [“muitos editores e críticos literários ocidentais valorizam apenas os romancistas conformistas, que se atêm a um conjunto de modelos daquilo que chamam escrita universal do romance; mesmo que estes modelos sejam temáticos, estilísticos e narratológicos. Mas o que universalidade, consciente ou inconscientemente, significa na cabeça de seus defensores e usuários? E por que tais pessoas dão tamanha importância para esse paradigma? Ao usar a palavra universal, incluem todos os diferentes grupos, pobres e ricos, desenvolvidos e não-desenvolvidos, da humanidade, ou consideram, na verdade, apenas um grupo privilegiado? Em outras palavras, de quem são as preocupações, os temas e padrões estilísticos considerados como universais e legitimados com o direito de sustentar a universalidade?”].

relação ao cenário apocalíptico do presente, o que se constata é um enorme descompasso, até mesmo um abismo, entre o campo intelectual e os rumos atuais da história humana num mundo que pode ser definido, segundo Shakespeare, em seu *Hamlet*, como *a world out of joint*. A questão que se coloca é: por que o conhecimento é tão ineficaz para intervir e alterar a configuração dessa história? Por que o radicalismo da inteligência crítica não permeia a educação responsável pela capacitação das sociedades a reconhecerem os seus processos históricos e a efetivarem ações que favoreçam a solidariedade entre elas de forma a construir um mundo melhor? Devemos acreditar de vez que o conhecimento e a realidade dos fatos constituem dois mundos à parte? Ou estaríamos diante de um admirável mundo novo? A minha evocação ao romance de Aldous Huxley, *Admirável mundo novo*, não é gratuita. Na visão perspicaz da tirania sinistra e calculista que domina a sociedade do futuro, representada no romance de 1932, os cidadãos-vítimas são receptivos à sua própria servidão, revelando mais do que simplesmente passividade, mas cumplicidade involuntária a um sistema que os destitui de autodeterminação, incluindo a própria vontade de desejar algo além do que a realidade lhes oferece: é o regime da felicidade universal em que até os intelectuais perderam completamente a sua capacidade de resistência ou intervenção. A visão profética de Huxley infelizmente se atualiza na história contemporânea, pois o seu anunciado mundo novo já está aí à nossa volta, como a nos dizer, de forma irônica, que os avanços do conhecimento não vem, necessariamente, atrelados e tampouco significam avanços da civilização. De que maneira a literatura comparada pode intervir na configuração dessa distopia é o que pretendo desenvolver a seguir.

Do comparatismo como missão no mundo da informação

Pensar as relações entre um campo de produção de saber que é a literatura comparada e os recursos do mun-

do virtual viabilizados pelas novas tecnologias de comunicação de modo a se ampliarem as formas de circulação do conhecimento produzido naquele domínio e, ainda mais, articular os modos pelos quais esse conhecimento pode contribuir para a qualidade de vida do planeta é um desafio que nós, principalmente por sermos e não apesar de sermos das Humanidades, não podemos deixar de enfrentar. Não enfrentá-lo significa abdicar do imperativo utópico subjacente à busca do conhecimento que é colocar sua energia criadora a serviço de alternativas a um mundo aprisionado aos determinismos do presente.

É inegável que as novas tecnologias eletrônicas têm causado um impacto profundo no campo científico por meio de uma dinâmica quase instantânea de acesso a dados e de circulação da informação, o que produz novas lógicas de produção de conhecimento em novos espaços acadêmicos que não se definem por coordenadas geográficas regionais ou nacionais, mas sim, pela transnacionalidade virtual. Mesmo que a comunidade científica e intelectual seja por vezes assaltada pelo temor de que a democratização propiciada pela *web* possa contribuir para que seus trabalhos ou descobertas possam ser vulgarizados, devassados ou plagiados, uma vez que se torna impossível controlar tanto a troca de informação num ambiente instável e permeável como a rede quanto os usos que os sujeitos farão dela, ou então, pelo desconforto diante do fato de que a *web* desterritorializa os lugares de produção do saber, apaga a autoria e o pertencimento em relação a referências histórico-culturais e, dessa forma, produz um espaço descontextualizado, de desidentificação globalizada, é certo que os recursos das infovias abriram possibilidades sem precedentes para a pesquisa e o ensino, a começar pelo efeito do meio eletrônico que é a interatividade. É ela que viabiliza, por exemplo, o estabelecimento de colaboração interinstitucional e intercontinental, com grupos de pesquisa que trocam experiências e socializam entre si métodos e descobertas de forma que o conhecimento gerado nunca foi disponibilizado tão rapi-

damente quanto agora. Um número cada vez maior de *sites* institucionais com *links* e arquivos nas diversas áreas do conhecimento favorece o acesso a uma quantidade imensa de dados como informações bibliográficas atualizadas, hipertextos e bibliotecas virtuais, fazendo que a rede seja celebrada pela comunidade científica como a mais democrática e pacífica das revoluções, a que alavancou a promessa do saber compartilhado.

É compreensível, nesse contexto, o entusiasmo dos pesquisadores da área da literatura comparada diante da proposta da Unesco de inserir no projeto *Encyclopedia of Life Support Systems* (EOLSS) o tema “*The role of comparative literature in the sharing of knowledge and in the preservation of cultural diversity*” cujo protocolo foi assinado em outubro de 2004 pela então presidente da Abralic, Tania Franco Carvalhal. O referido tema vem ao encontro da pergunta feita em 1995 por Mary Louise Pratt em seu artigo “Comparative literature and global citizenship” publicado no clássico *Comparative Literature in the Age of Multiculturalism*,⁸ e obra que contém o conhecido Relatório Bernheimer sobre o estado da arte (cf. Pratt, 1995). Pergunta Pratt (1995, p.59): “*Does comparative literature want to globalize, democratize, decolonize?*”⁹ A inserção da literatura comparada na rede configura, sem dúvida, um passo importante na expansão de seu campo de atuação e na mundialização de seus saberes. Contudo, considerando as relações que o capital e o poder mantêm com as tecnologias eletrônicas, é preciso fazer algumas ponderações para que não sejamos incautos ou ingênuos consumidores de um instrumento cujas condições materiais podem levar a um desvirtuamento na concreção dos ideais que defendemos como estudiosos e pesquisadores comprometidos com a perspectiva comparatista.

Com esse propósito, gostaria de me referir às questões levantadas por Sérgio Bellei (2001) num artigo intitulado “Os estudos literários nas malhas da rede”. O autor reconhece a contribuição que o acesso à informação tem dado à esfera pública no sentido de torná-la um espaço menos

⁸ Editado por Charles Bernheimer (Baltimore. Johns Hopkins University Press, 1995).

⁹ “A literatura comparada deseja globalizar, democratizar ou descolonizar?”

hierarquizado e repressivo em razão do diálogo e de trocas igualitárias entre os sujeitos, mas sublinha, todavia, que há razões para se questionar tanta celebração oriunda da premissa de que as novas tecnologias favoreceriam o progresso democrático aproximando as sociedades periféricas das metropolitanas, na medida em que fomentariam o desenvolvimento da cidadania, do ensino e da pesquisa pelo acesso à informação que, de outra maneira, estaria restrita ao círculo privilegiado dos países do Primeiro Mundo. As razões, segundo Bellei, residem no fato de que toda tecnologia nasce num contexto de produção gerida pelo capital, ou seja, a rede não está aí apenas para fazer o que eu chamaria de filantropia, mas para gerar capital, econômico e simbólico, e é, portanto, um mercado em que a informação está atrelada à movimentação e concentração de capital, o que “acaba por gerar ou prolongar hierarquias de produção, seleção e distribuição de conhecimento ou, mais precisamente, de capital simbólico” (ibidem, p.277).¹⁰

Como exemplo nessa direção, Bellei cita o acúmulo quantitativo e qualitativo da língua inglesa na rede, ou seja, sua hegemonia como código mestre. E Heloísa Buarque de Hollanda (2001, p.43) nos lembra também que os Estados Unidos é o único país que não precisa ser especificado no sufixo das URL ou dos endereços eletrônicos que circulam no ambiente da rede. A relação entre processos de homogeneização e dominação, tendo a língua como elemento-chave, não é novidade, particularmente no contexto da experiência histórica da América Latina. Nesse sentido, é particularmente contundente o Relatório Mundial da Unesco, lançado em novembro de 2005, cujo tema é “Rumo às sociedades do conhecimento”.¹¹ Trata-se de um alerta sobre a situação das línguas no planeta, especificamente o risco de extinção, ao longo do século XXI, de metade dos seis mil idiomas falados hoje. Essa situação remete a uma questão que se apresenta como uma faca de dois gumes: de um lado, pela hegemonia do inglês, as vantagens da expansão das novas tecnologias informacionais agravam e até aceleram a “morte” de muitos idiomas; de

¹⁰ É importante acrescentar aqui os dados apresentados por Bellei sobre os usos das novas tecnologias eletrônicas na automatização e mercantilização do ensino nos Estados Unidos. Bellei (2001) refere-se, entre outras, à obra de David F. Noble (2001), na qual o autor argumenta que sob a justificativa de melhorar o ensino e garantir acesso universal à informação, há uma determinação econômica no uso da tecnologia de parte de administradores universitários e grandes corporações como IBM, Apple, Bell, Microsoft, os quais unem esforços para transformar a universidade em mercado de produtos educacionais, como programas e cursos a distância. Segundo Bellei (2001), Noble denuncia também o empacotamento, Jem material eletrônico, de cursos, sem direitos autorais dos professores que os programaram, os quais são oferecidos com o mínimo de mão-de-obra competente, o que torna a Universidade mais barata. Cabe lembrar que o processo de liberalização de serviços que abriu o caminho para a transformação da educação em comércio foi definido pela OMC em 2000/2001. Segundo Marco Antonio Rodrigues Dias, assistente especial do Reitor da Universidade das Nações Unidas (Unu), no caso da educação no Brasil, há uma privatização muito grande e as universidades públicas acabam se submetendo às leis do mercado quando são obrigadas a irem a luta para obter fundos.

¹¹ A íntegra do relatório pode ser obtida no endereço: <http://www.unesco.org.br/areas/ci/World_Report_Knowledge_ENG>.

¹² Dado obtido no site <<http://www.andifes.org.br/files.php>>.

outro, as dificuldades de acesso a essas tecnologias, a falta de inclusão digital em zonas periféricas constitui, segundo o referido Relatório, um dos maiores obstáculos para o desenvolvimento humano. Alguns dados apresentados são surpreendentes, como o de que apenas 11% da população mundial têm acesso à internet, e que desses, 90% são de países industrializados. Já no Brasil, conforme dados da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino, apenas 17% das residências tem conexão pela internet.¹²

A questão que se impõe é como equacionar o acesso à informação e ao conhecimento, isto é, explorar o potencial democratizante da tecnologia como instrumento sem perder a visão crítica dos interesses na base de suas condições de produção e de distribuição, pois nas palavras de Bellei (2001, p. 277), “A rede não dissolve processos hegemônicos. Ao acumular capital, prolonga, modifica ou intensifica os já existentes, ao mesmo tempo em que instaura novas formas de hegemonia”. Nesse sentido, destaca dois exemplos que ilustram paradoxalmente o campo de poder econômico e de poder simbólico acumulado pela rede, fazendo dela um ambiente ambivalente em que o jogo de poder privilegia os interesses do mais forte.

O primeiro exemplo refere-se à decisão do Google, o maior serviço do mundo de busca na internet. Para manter suas infovias abertas na China, um mercado de 111 milhões de internautas e consumidores em potencial dos produtos oferecidos em suas páginas, o Google admitiu a autocensura, retirando do ar, no território chinês, a possibilidade de acesso a qualquer informações sobre o Tibet e as atividades do Dalai Lama. O segundo refere-se à recente proibição e retirada do ciberespaço, de parte do governo iraniano, do site Iranian Feminist Tribune, como forma de neutralizar as atividades desenvolvidas pelas feministas iranianas. De um lado, é sintomático que ambos os casos têm a ver com o cerceamento, por parte de patrulhas ideológicas de estados autoritários, da liberdade de expressão, o que evidencia o potencial da rede como veí-

culo de articulação de forças políticas emancipatórias. De outro, não se pode manter a ilusão da isenção da rede quando se trata de interesses políticos aliados aos mercados de capital, os quais operam e se materializam em e por meio de territórios nacionais e instituições como o Estado-nação. Essa relação perigosa coloca em xeque o princípio de que o acesso à informação pelas pessoas pode ser uma via poderosa de melhoria de vida.

As circunstâncias e relações apontadas antes podem levar à conclusão de que a vigência de uma retórica globalizante sobre fluxos de capital em tempos definidos como pós-nacionais precisa ser revista e adequada com fatos tais como os referidos por Homi Bhabha (2004, p.345): quase 90% de todos os tratados comerciais e tarifas em todo o mundo são ainda controlados por Estados-nações, e que, portanto, hegemonias nacionais ainda predominam nos acordos transnacionais. Para Bhabha, o sistema “nacional” está sendo reinventado e hibridizado para lidar com os determinantes da globalização, mas a economia mundial ainda é, substancialmente, “nacional”.¹³ Ao fazer a analogia entre processos econômicos e a globalização culturalista identificada com uma retórica hoje vigente em discursos nas Humanidades – migrância, trânsito, fluxo, circulação, transferência –, Bhabha argumenta que esse discurso não pode dar sustentação a uma ética global, pois somente 3% da população mundial participam dos fluxos globais migratórios e que o desafio mais fundamental é repensar a questão da “indigência” ou “nacionalidade” nas condições de um contexto global incipiente e parcialmente desnacionalizado, o que significa discutir o acesso de todos a cidadania aos direitos civis e aos bens públicos, o que somente pode ser feito no âmbito do nacional.

Dessa forma, segundo Bhabha (2004, p.347) o autor: “*migrants, refugees and nomads don't merely circulate. They need to settle, claim asylum or nationality, demand housing and education, assert their economic and cultural rights, and come to be legally represented within legal jurisdiction*”. Para

¹³ Essa também é a posição de Stuart Hall (2003, p.60).

ele, relações globais positivas dependem da proteção de direitos e de recursos que têm por base a nação, por mais que ela tenha sido enfraquecida pelos efeitos de processos transnacionais de produção e consumo.

Como pensar o papel da literatura comparada nesse contexto e o que significa argumentar que ela, como lugar de produção de conhecimento, pode se colocar na contracorrente do mercado da informação técnica e da razão instrumentalizada pelo capital e seus processos hegemônicos e excludentes e se aliar aos esforços na busca de conhecimentos que venham concretamente ao encontro das aspirações de uma sociedade mais justa e solidária, na perspectiva de melhores condições de vida no planeta? Não é uma pergunta simples para se fazer, mas é com ela que quero encaminhar as reflexões finais deste texto.

A educação começa pela pergunta do que significa ser humano, e a resposta passa necessariamente pelo desenvolvimento da consciência sobre as duas dimensões que fundamentam e integram a competência de viver como humano: a primeira é a dimensão política pela qual se organizam as condições de convívio coletivo para possibilitar a justiça, a felicidade e a liberdade de modo que o bem comum possa se materializar; a segunda é a ética, princípio que destaca o respeito à liberdade pela qual a autonomia individual é corrigida como virtude pessoal de modo a garantir o direito de um como limite em relação ao direito de um outro. A literatura comparada, como um campo do saber humanístico, pode desenvolver um papel fundamental no processo cognitivo dos sujeitos ante as demandas e urgências educacionais do nosso tempo, no sentido de que ela mobiliza conhecimentos capazes de desenvolver habilidades que resgatem a perspectiva do humano, concebido dentro das coordenadas política e ética anteriormente referidas e depurado, tanto de equivocadas noções de universalismo ou da retórica desenraizada (e desencantada) do globalismo cultural que desloca o *locus* de determinação do econômico para a cultura, tomada como esfera autônoma, dissociada do social.

A partir de seu foco nas relações que as literaturas nacionais estabelecem entre si, o comparatismo coloca em relevo o seu impulso primeiro, a sua razão de ser e a sua metodologia, que é o seu comprometimento em direção ao outro¹⁴ – a outro texto, a outra literatura, a outra história, a outra cultura. Isso significa dizer que a diferença, como categoria analítica, constitui o traço mais significativo do fazer comparatista, no melhor de sua tradição de pesquisa, pois fundamenta o conhecimento interpretativo das (inter)relações entre o próprio e o alheio.¹⁵ Manter o princípio da diferença como norte de toda prática é deslocar e romper com relações hierárquicas de dominação e subordinação, tanto no nível de textos (modelo/cópia) quanto no nível de culturas e de povos (centro/periferia). É nesse sentido que os estudos comparados das tensões e embates da representação de alteridades e seus respectivos imaginários, das implicações desses na expressão de identidades político-culturais e de como essas expressões inscrevem múltiplas histórias no contexto da diversidade de processos textuais e históricos que constituem as literaturas nacionais perfazem um amplo leque de questões que definem a literatura comparada como uma área singular e privilegiada de observação e análise da rede de interações entre coletividades e suas literaturas.

Longe de isolar ou ignorar a tradição literária e a cultura nacional, a literatura comparada articula uma compreensão diferencial do local/nacional, considerado não simplesmente em relação a sedimentação de processos históricos dentro de fronteiras estáveis, fixas ou trans-históricas, mas a partir da premissa de que as identidades nacionais/textuais são forjadas em espaços caracterizados por apropriações, sobreposições, transformações e transculturações, o que faz das fronteiras uma linha móvel e permeável aos influxos que procedem de outros lugares, de outras tradições. Nesses termos, poderia se dizer que o reconhecimento daquilo que nos é alheio permite identificar aquilo que nos é próprio, ou seja, no processo da diferenciação cultural, as diferenças se entrelaçam, gerando

¹⁴ Dois grandes comparatistas, Brunel & Chevrel (1989), em seu *Littérature comparée*, definiram esse impulso como “a abertura ao outro”.

¹⁵ Aproprio-me aqui do título do livro de Tania Franco Carvalhal (2003), *O próprio e o alheio: ensaios de literatura comparada*.

¹⁶ A Revista *Time*, em sua edição de 28 de fevereiro de 2005 apresenta um relatório especial sobre a crise, trazendo na capa a figura de Monalisa, ícone da europeidade, representada com o véu islâmico.

¹⁷ Muitos dos grupos minoritários foram absorvidos pelas culturas dominantes e desapareceram, outros foram forçados à assimilação e tiveram suas identidades apagadas pela repressão política. Outros grupos sobreviveram e hoje ensaiam o renascimento de suas cartografias culturais. Na Europa Ocidental há os bascos, os bretões, os córsegos, os sorbos e os walsers. Na Europa Central e Oriental, os romas, rusynos, kashubianos e gagauzes. Na Rússia, os veps, selkups e nenets. E, na região báltica, os sami e livônios.

formas cruzadas ou superpostas de pertencimento que não se estruturam e nem se reduzem a oposições binárias: centro/margem, interior/exterior. Por essa via, a literatura comparada se apresenta como um campo fértil de indagações sobre as próprias representações da nacionalidade e teria muito a contribuir, do ponto de vista teórico-crítico, sobre a geopolítica da literatura diante da crise das identidades, por exemplo, da identidade européia deflagrada pelo multiculturalismo e veiculada em vários meios de comunicação¹⁶ ao longo do ano de 2005.

As relações culturais e textuais do mundo europeu, com suas margens ou fronteiras não-européias, relações que certamente incorporam o problema de como os cânones literários europeus desterritorializaram ou suprimiram, em razão da demanda por unidade dos Estados nacionais e da construção do centralismo ocidental e suas hierarquias, a expressão de outras identidades textuais/culturais que proliferaram como “minorias” no interior dessas sociedades, faz dessa crise de identidades um objeto, por excelência, de investigação comparatista.¹⁷ Tania Carvalhal (2003, p.31-2) acrescenta pontualmente sobre a questão:

Se o mapa da Europa tem, hoje, uma nova configuração, diferentes questões se propõem, obrigando à retomada de problemas como o dos nacionalismos, dos regionalismos e suas relações com o universal. Do mesmo modo, as conformações político-econômicas que se constroem na América do Sul e do Norte estão a instigar questões de inter-relações culturais e literárias, da constituição de cânones literários, de análises de diferenças, problemas de representação da alteridade, de expressão de identidade, do estudo e confronto de imaginários culturais e das implicações políticas da influência cultural [...]

A emergência de novas cartografias culturais ou “localismos” na conjuntura da globalização e sua universalização capitalista traz à pauta um outro fenômeno que é o da desocidentalização, cuja semântica não se confun-

de com a do termo descolonização, definido por Mary Louise Pratt como um duplo processo: primeiro, a entrada do Terceiro Mundo em diálogo com o Primeiro e o reconhecimento deste último como constituído por relações de contato para além de suas fronteiras; segundo, a descolonização da relação dos Estados Unidos com a Europa no campo da cultura e sua concomitante auto-redefinição. No meu entendimento, a desocidentalização destitui a Europa como centro primordial do contexto histórico de referência, um mito de origens, por assim dizer, nos estudos das heranças culturais orais e tradições literárias latino-americanas, orientais e africanas.¹⁸ No caso da Índia, por exemplo, há várias tradições literárias autóctones, tais como as dos bengali, hindi, tamil, telegu, entre outras, cujos estudos são de extrema importância para o entendimento da constituição dos nacionalismos, mas que permanecem absolutamente desconhecidas¹⁹ dos comparatistas ocidentais. Na América Latina há um processo contínuo e consistente de resgate da heterogeneidade do continente a partir do estudo de heranças culturais locais e suas tradições orais (cf. Coutinho, 2004; Palermo, 2005).

Se a singularidade da educação literária reside no desenvolvimento da consciência da linguagem para além do consumo fácil associado à função comunicativa na medida em que aquela aciona nossa disposição intelectual e afetiva para discernir e desfrutar de seu poder ético e estético, a literatura comparada acrescenta a essa consciência a noção de que a diversidade lingüística é a condição *sine qua non* para o acesso à imensa heterogeneidade de culturas subalternas existentes no mundo. O acesso ao outro, irreduzível em sua diferença, é uma função da linguagem, mas o outro, como nos ensina Emmanuel Lévinas, nunca é, inicialmente, o objeto de compreensão para depois, se tornar interlocutor, pois as duas relações se confundem. Diz Lévinas (2005, p.27):

[...] compreender uma pessoa é já falar-lhe. Pôr a existência de outrem, deixando-a ser, é já ter aceito essa existência, tê-la tomado em consideração. [...] Trata-se de perceber a

¹⁸ Essa posição ficou clara no trabalho de Didier Coste, intitulado "Othering the west, or why comparative literature should abandon identity", apresentado no Congresso dos 50 anos da ICLA, realizado em Veneza, Itália, de 25 a 30 de setembro de 2005.

¹⁹ O tema é discutido por Aijaz Ahmad (2002, p.85), no contexto da polêmica em torno da tese de Fredric Jameson sobre o romance alegórico do Terceiro Mundo. Ahmad também discute o empacotamento da literatura do Terceiro Mundo ao ser disponibilizada em tradução – língua inglesa – para os leitores do centros metropolitanos do Primeiro Mundo.

²⁰ O trabalho se intitula "The proliferation of theories in literary scholarship: causes and effects (a systemic interpretation)", cujo resumo foi publicado no livro de resumos do referido evento (Veneza: Università Ca' Foscari, Centro Poduzione Multimediale, setembro 2005).

função da linguagem não como subordinada à consciência que se toma da presença de outrem ou de sua vizinhança ou da comunidade em que esse outro está inserido, mas como condição mesma desta "tomada de consciência".

O comprometimento com a necessidade de preservar o ensino das línguas estrangeiras ratifica a impulso da literatura comparada em direção ao outro, aqui entendido na concepção filosófica de Lévinas e transformado em princípio ético da pesquisa comparatista. As línguas, além de constituírem um patrimônio cultural da humanidade, são elas mesmas a condição da nossa "tomada de consciência" do outro, pois acumulam as singularidades históricas de suas origens, a densidade semântica, o privilégio produtivo e a força imaginativa de suas culturas. Nesses termos, entende-se o apelo enfático do crítico Milan V. Dimic, quando da apresentação de seu trabalho no Congresso Comemorativo ao Jubileu dos 50 Anos da Associação Internacional de Literatura Comparada, realizado em Veneza em setembro de 2005: "*we need to do justice to the diversity of languages*".²⁰

Entendo que a resposta intelectual estratégica do comparatismo às questões do presente, particularmente quanto a saberes que possam agregar à construção de um mundo mais justo e solidário e, assim, interromper a distopia em curso, parte do princípio da razão imaginativa e dialógica em contraponto à hegemonia, à homogeneização e ao monolingüismo. Desse princípio decorre uma série de direcionamentos que pode levar o comparatismo, de uma forma construtiva, a repensar hoje os limites de muito de suas práticas no passado para expandir sua atuação e divisar novas fronteiras de impacto em termos de geração de uma cultura crítica atenta às complexidades enraizadas do cultural em sua imbricação com o social, na esteira do comparatismo preconizado por René Etiemble (1988) em seu *Overture(s) ou le comparatisme militant*. Integrar os desenvolvimentos da teoria contemporânea aos estudos comparados de literatura em suas relações com outros discursos tendo em vista a constituição de diálogos interliterários

e interculturais, apreender suas relações de força no contexto material das histórias da realidade inter-humana a partir da consciência do outro, da defesa da inviolabilidade de seus direitos humanos e do comprometimento com a diversidade lingüística é uma contribuição ímpar para a produção de subjetividades na rede de uma coletividade planetária solidária. A virtualização dos saberes comparatistas só pode ser aceitável nas condições de sua integralização como um projeto ético-político-pedagógico capaz de interferir na barbárie que cresce e se adere à corrente globalizante. A potencialidade de tal projeto faz da área uma das reservas de esperança, a atitude mais responsável e lúcida diante da vida porque resistente aos tempos sombrios.

Referências

- AHMAD, Aijaz. *Linhagens do presente*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- BELLEI, Sérgio. Os estudos literários nas malhas das redes. In: TORRES, Sonia. (Org.) *Raízes e rumos: perspectivas interdisciplinares em estudos americanos*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2001.
- BERNHEIMER, Charles. (ed.) *Comparative Literature in the age of multiculturalism*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1995.
- BHABHA, Homi K. Statement for the Critical Inquiry Board Symposium. *Critical Inquiry*, v.30, n.2, p.345, Winter 2004.
- BITTENCOURT, Gilda Neves et al. (Org.) *Geografias literárias e culturais: espaços/temporalidades*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.
- BRUNEL, Pierre; CHEVREL, Yves. *Littérature comparée*. Paris: PUF, 1989.
- CARVALHAL, Tânia Franco. *O próprio e o alheio: ensaios de literatura comparada*. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 2003.
- COUTINHO, Eduardo. Remapeando a América Latina: para uma nova cartografia literária no continente. In: BITTENCOURT, Gilda Neves et al. (Org.) *Geografias literárias e culturais: espaços/temporalidades*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.
- CULLER, Jonathan. *Sobre a desconstrução*. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1997.
- DIENG, Gorgi. Universality and topicality in the African novel. In: DIENA, Ibra (Org.) *Littérature et culture partagée*. Dakar: Presses Universitaires de Dakar, 2003. p.51-66.

- DIMIC, Milan V. *The proliferation of theories in literary scholarship: causes and effects (a systemic interpretation)*. Veneza: Università Cá Foscari, Centro produzione multimediale, setembro de 2005.
- ETIEMBLE, René. *Overture(s) ou le comparatisme militant*. Paris: Borgeois, 1988.
- FRANIERE, Sharon La. Another School Barrier for African Girls: No Toilet. *New York Times*, New York, 23.12.2005.
- HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.
- HOLLANDA, Heloísa Buarque. Políticas da teoria. In: TORRES, Sonia. (Org.) *Raízes e rumos: perspectivas interdisciplinares em estudos americanos*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2001.
- KING, Anthony. *Urbanism, Colonialism and the World Economy: Cultural and Spatial Foundations of the World Urban System*. New York: Routledge, 1990.
- LEVINAS, Emmanuel. *Entre nós: ensaios sobre a alteridade*. Trad. Pergentino Pivatto, Evaldo Kuiava, José Nedel, Luiz Pedro Wagner e Marcelo Pelizolli. Petrópolis: Vozes, 2005.
- NOBLE, David F. *Digital Diploma Mills: The Automation of Higher Education*. New York: Monthly Review Press, 2001.
- PALERMO, Zulma. *Desde la otra orilla: pensamiento crítico y políticas culturales na América Latina*. Córdoba: Alción Editora, 2005.
- PRATT, Mary Louise. Comparative Literature in the age of multiculturalism. In: SACHS, Jeffrey D. *The end of poverty: economic possibilities for our time*. New York: Barnes & Noble, 2005.